

# A ideologia na visão gramsciana em meio a dois combates

Nara Roberta<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda a concepção de ideologia de Antonio Gramsci. Através da crítica gramsciana ao economicismo marxista e ao neo-idealismo crociano, busca-se elucidar os principais aspectos da referida concepção, mostrando como, para a sua construção, é fundamental o debate político que Gramsci desenvolve ao longo dos Cadernos do Cárcere. De forma semelhante, sublinhando a importância da vinculação entre formulações teóricas e posições políticas – como coloca o marxista sardo – também discutiremos a concepção de ideologia de Gramsci a partir de uma atual vertente teórica que reivindica as proposições do autor, denominada “estudos culturais”.

**Palavras-chave:** *ideologia, Gramsci, Cadernos do cárcere.*

**Abstract:** The present article debates Antonio Gramsci’s concept of ideology. We elucidate many aspects of that concept through the author’s critic to the marxist economicism and through the crocian neo-idealism. We also try to show how the political debate outlined by Gramsci in Prison notebooks is a fundamental element to better understand the concept. Furthermore, we will debate the conception of Gramsci’s ideology in relation to renewed gramscian propositions made by the “cultural studies” perspective, always highlighting the important bond between theoretical formulations and political positions.

**Keywords:** *ideology, gramsci, prison notebooks.*

---

<sup>1</sup> Graduada em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas.

## Introdução

É marcante na obra de Antonio Gramsci o debate travado contra a concepção economicista do marxismo predominante na II e na III Internacional Comunista, explicitando a importância por ele dada ao momento superestrutural, tanto em seus escritos de juventude quanto, principalmente, nos *Cadernos do cárcere*. A partir de tal obra, podemos apreender uma (re)definição do nexo estrutura-superestrutura, de modo a esclarecer a última enquanto um elemento fundamental, como condição *sine qua non*, para o funcionamento da primeira, e, conseqüentemente, a ausência de uma determinação unilateral da superestrutura pela base.

Em contrapartida, frente às diversas leituras da obra gramsciana, empreendidas principalmente a partir da década de 1970 (Dagnino, 2000, p. 67), é preciso lembrar também que Gramsci, mesmo com exaustiva teorização das superestruturas, não dá a elas uma *preponderância e sim as revaloriza*, compreendendo e expondo seu verdadeiro papel. Como marxista coerente, Gramsci não confunde luta contra o economicismo com ausência de se atentar à esfera econômica e sublinha o vínculo necessário entre base e superestrutura – o que, de forma alguma, está em contradição com a defesa de uma relação não-unilateral entre elas.

Ao longo dessas páginas, buscaremos desenvolver os aspectos fundamentais concernentes à “ideologia” na concepção gramsciana, iluminando-a, por um lado, a partir da posição antieconomicista e, por outro, a partir da posição anti-idealista que julgamos ser igualmente características do marxista sardo, o qual tinha sempre claro as implicações prático-políticas das diversas posições teóricas.

Assim, no primeiro item deste artigo, englobando o combate contra o economicismo, buscaremos levantar aspectos gerais de sua concepção de ideologia em meio ao campo do marxismo, através de um debate sobre as suas principais fontes, de modo a apontar como a ideologia, vista como parte importante da relação verdadeiramente

dialética entre estrutura e superestrutura, pode contribuir de modo fundamental, segundo Gramsci, para uma teoria e uma prática política voltadas à revolução. No segundo item, teremos um interlocutor mais direto: Benedetto Croce, importante filósofo italiano neo-idealista com o qual Gramsci dialoga intensamente ao longo dos *Cadernos do cárcere*. Já no terceiro e último item, traremos à tona um debate com a contemporânea vertente dos estudos culturais – aqui representada por Stuart Hall e Raymond Williams –, que muito reivindica as formulações gramscianas. Ainda sim, é preciso sublinhar que, nestes dois momentos, o objetivo fundamental será, através da discussão acerca da ênfase nos elementos superestruturais, captar pontos importantes para pensarmos a “ideologia gramsciana”. Buscaremos, de maneira geral, expor que sua concepção é construída sem negligenciar fatores materiais e sociais, advindos e relativos à base econômica, de modo a consolidar, assim, nossa defesa quanto à correta equalização, em Gramsci, entre estrutura e superestrutura.

Procurar elucidar a concepção de ideologia em Gramsci não exclui, por sua vez, o debate e a crítica às formulações dos interlocutores que adotamos, já que as escolhas teóricas destes revelam um posicionamento político bastante peculiar, de modo que expressamos então, com o desenrolar da discussão, a importância de se reiterar o caráter revolucionário das proposições de Gramsci – tanto através de um debate com um autor com o qual este diretamente polemizou, quanto através de algumas apropriações e leituras de sua obra que deturpam o referido caráter.

Um ponto importante, antes de iniciarmos o desenvolvimento de nossas idéias, é deixar claro que nossa exposição acerca de Gramsci e dos interlocutores aqui escolhidos, centrando-se especificamente no tema da ideologia, considerará também a brevidade característica de uma reflexão desenvolvida em um artigo.

## A luta antieconomicista no terreno da ideologia

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci desenvolve uma fórmula crucial para a compreensão de seu pensamento, a saber: a *identidade entre história, filosofia e política*. Tal fórmula expressa que o conhecimento e os problemas relativos a uma dada formação social estão necessariamente ligados a um momento histórico específico, de modo que ambos devem ser compreendidos enquanto frutos de um acúmulo histórico – da mesma forma que os filósofos devem ser vistos enquanto aqueles que pensam a sua época. Com isso, compreende-se que, para Gramsci, uma questão é *teórica* quando é uma questão *política e estratégica* (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 152), o que, além de demonstrar o caráter de intervenção de seu trabalho, faz com que a crítica ou incorporação de elaborações e/ou elementos de outros sistemas conceituais não se dê unicamente em um marco intrafilosófico, mas considere também a problemática, as conseqüências e as influências para além do campo estritamente teórico daquele trabalho com o qual se está dialogando. É patente, assim, em Gramsci um constante movimento de assimilação/diferenciação em relação aos seus sempre presentes interlocutores.

Quanto ao tema da ideologia, vemos que ele surge de maneira clara em Gramsci a partir da discussão com Antonio Labriola e os ensaios deste acerca da interpretação da teoria das ideologias de Marx e Engels, datados do fim do século XIX. A despeito, porém, da grande influência de Labriola no pensamento de Gramsci e da postura combativa de ambos em relação às interpretações economicistas dos processos histórico-sociais, suas elaborações sobre o referido tema são marcadas por importantes diferenças. Contribui para tais diferenças, além da diversidade de influências sobre Gramsci, que não se restringem unicamente ao âmbito do marxismo, também a densidade da construção teórica do marxista sardo (LIGUORI, 2007, p. 168).

Em meio a esta luta contra as interpretações economicistas, Gramsci enxerga a necessidade de se romper com as teses desenvolvidas por Nicolai Bukharin, um então expoente intelectual dos círculos bolcheviques e da já citada Internacional Comunista, mas cujo *Ensaio*

*popular de sociologia* demonstra, de acordo com Gramsci, uma concepção mecanicista e economicista (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 261), onde a esfera propriamente técnica, vinculada às forças produtivas, é o motor fundamental do desenvolvimento social:

*Para passar a essa cultura “espiritual”, é mais cômodo examinar em primeiro lugar os traços mais gerais da estrutura político-social da sociedade, esta última sendo determinada diretamente, como veremos adiante, pela sua estrutura econômica (BUKHARIN, 1970, p. 167, grifo nosso).*

A análise de Bukharin acerca da ideologia, considerada elemento da “estrutura político-social”, vai justamente neste sentido de determinação direta inequívoca, de modo que, para ele, esta pode ser caracterizada enquanto um “sistema de pensamentos, sentimentos ou de regras de conduta (normas)” (BUKHARIN, 1970, p. 243, grifo da edição original). Tal caracterização revela, por sua vez, certo vínculo com as correntes sensualistas do século XVII, que primeiro pensaram a ideologia, mostrando, assim, o passo atrás de Bukharin<sup>2</sup> em relação até mesmo ao idealismo alemão:

*Deve-se examinar como o autor do Ensaio popular tenha permanecido ligado à Ideologia<sup>3</sup>, ao passo que a filosofia da práxis representa uma nítida separação, que se contrapõe historicamente à Ideologia. O próprio significado que o termo “ideologia” assumiu na filosofia da práxis contém implicitamente um juízo de desvalor, o que exclui que para os seus fundadores a origem das idéias devesse ser buscada nas sensações e portanto, em última análise, na fisiologia: esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura (CC11 §63)<sup>4</sup>.*

---

<sup>2</sup> Bukharin 1970, p. 253

<sup>3</sup> O desenvolvimento completo do parágrafo indica “Ideologia” (com inicial maiúscula) aquela concepção que, de “ciência das idéias”, passou a significar “análise sobre a origem das idéias”, culminando, ao fim, no referido “sistema de idéias”, característica dos teóricos do século XVII e XVIII.

<sup>4</sup> Todas as citações de Antonio Gramsci são dos *Cadernos do cárcere*, de modo que faremos referência, neste artigo, ao caderno e ao parágrafo dos quais foram retirados (CCXX §YY).

Neste ponto, a apreensão gramsciana aproxima-se mais da defendida por Labriola: negando qualquer concepção fenomenologista da ideologia, que a enquadraria como um mero “aparecer” da estrutura, Gramsci a entende, por sua vez, enquanto algo real, concebida de modo não-mecânico com relação à esfera econômica e constituída historicamente. No entanto, embora Labriola também aponte para essa perspectiva, ele não qualifica a ideologia a partir de sua eficácia *própria* e de como se dá sua possibilidade de retroagir sobre o econômico (LIGUORI, 2007, p. 173).

Esta diferença leva-nos, assim, a salientar a aproximação de Gramsci com as formulações tardias de Engels, o qual longamente refutou a interpretação economicista que, já em sua época, fazia-se da teoria proposta por ele e por Marx. Engels coloca que à base material elucidada por ambos cabe a origem dos outros momentos constituintes da formação social; mas a gênese destes, ao contrário do que expõe Bukharin, *não é concebida de modo dedutível diretamente*, assim como tais momentos não são plenamente previsíveis. Dito de outro modo, a estrutura erige um terreno em meio ao qual se colocam diversas possibilidades, as quais só podem emergir a partir de tal estrutura – como aquilo que, por sua vez, é *possível* e não necessário ou fatal:

*Deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em “última análise” é o motor da história (...), que deve ser conectada ao trecho do prefácio à Crítica da economia política, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias (CC13 §18).*

A própria colocação de Gramsci já nos indica por onde deve seguir nosso raciocínio para compreender o tema aqui abordado. O referido prefácio do livro de Marx data de 1859 e é uma das fontes mais constantes (e importantes) das quais se vale Gramsci. A utilização que faz deste trecho não reproduz exatamente as palavras de Marx – o que poderíamos atribuir ao fato de que aquele cita a obra deste de memória (CC13 §17). Todavia, considerando sua defesa para, quando à análise de um autor, a atenção ao conjunto de sua obra – principalmente suas obras políticas (CC11 §65) – vemos que as modificações empreendidas pelo marxista

sardo deslocam o prefácio de 1859 da concepção economicista em que é lido, de modo a revalorizá-lo. Trata-se de dar destaque à vontade humana, à ação política característica do que Gramsci chama em seu texto de “formas de vida” sem, no entanto, desconsiderar o plano estrutural. O corolário disto é a referência de Gramsci, implícita ou explicitamente, à força material da qual são dotados os elementos superestruturais, principalmente a ideologia (por exemplo, CC7 §21; CC10 §10; CC13 §18). Esta proposição reforça-se quando atentamos para outra constante referência de Gramsci ao texto marxiano (ainda que sempre de forma não literal), também retirada do prefácio de 1859 e que mostra uma função ativa da ideologia:

*Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de vigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim (MARX, 1978, p. 130, grifo nosso).*

Buscaremos, ao longo do texto, construir mediações necessárias para compreender as referências de Gramsci à ideologia que parecem ter um sentido contrário a este. Adiantemos por ora que a farta utilização do prefácio marxiano marca o vínculo sublinhado por Gramsci entre ideologia e tomada de consciência, no sentido de que *esta é formada no âmbito daquela*. Porém, à medida que temos a questão do conflito colocada de forma clara, a consciência a ser formada é uma consciência de classe – quer seja ela apreendida ou não deste modo pelos indivíduos –, o que dá à ideologia, assim, um caráter fundamentalmente classista, relativa às classes sociais (CC10/I §10).

Uma leitura da ideologia em chave positiva, que entende o aspecto construtivo próprio deste elemento da superestrutura – como o é a gramsciana –, faz com que compreendamos a caracterização, pelo próprio Gramsci, do marxismo enquanto ideologia. Para que isso fique claro, é preciso antes sublinhar que:

*Existe, porém, uma diferença fundamental entre a filosofia da práxis e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios (...). A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; (...) é a expressão destas classes subalternas (CC10/II §41 XII).*

Enquanto teoria das contradições, o marxismo tem um aspecto gnosiológico importante: compreensão e exposição do caráter contraditório e explorador constituinte da sociedade capitalista. Mas este mesmo aspecto gnosiológico não é estanque, de modo que possibilita a constituição da consciência do proletariado de forma plena; assim, é uma ideologia coerente, que pretendia e pretende “explicar e justificar historicamente também a si mesma” (CC16 §9). Com isso, podemos, então, consolidar a aproximação de Gramsci com as proposições de Lênin, no sentido da preocupação em atentar continuamente e em procurar construir o elemento subjetivo revolucionário.

A consciência concernente e constituída pela ideologia deve ser vista enquanto subjetividade coletiva, à medida que se trata de uma questão de classe. Isso obviamente não exclui a constituição da consciência individual, já que entre a esfera individual e a particular (de classe) há um vínculo indissociável – o qual obviamente não indica uma igualdade entre elas. A distinção, porém, é importante, à medida que a diferença à qual Gramsci (CC17 §19) faz referência, então, é entre ideologia “arbitrária”, ligada estritamente à individualidade, e ideologia historicamente necessária, que, somente por ser característica da coletividade, pode ser agente de unificação social.

Assim, quando pensamos no que caracteriza a ideologia enquanto tal, é importante atentar-se para o que está além de um plano estritamente individual. Em outras palavras, Gramsci concebe a ideologia enquanto característica não de indivíduos, mas de grupos sociais e, sendo ela relacionada à tomada de consciência dos conflitos de cunho coletivo ocorrentes em uma formação social, enquanto modo(s) de pensar

relativo(s) e correspondente(s) a um dado período histórico. Com isso, explicita-se a ideologia como o “cimento” da sociedade civil (CC11 §12) – proposição esta melhor esclarecida quando também consideramos o aspecto prático vinculado à ideologia, conforme faremos a seguir.

## **Gramsci e a recusa à hipóstase do elemento subjetivo**

De acordo com o que expusemos, vemos que em Gramsci, à medida que ligada às classes e à formação da consciência destas, as ideologias podem ser entendidas como instrumentos políticos e, por intervirem na consciência coletiva, são, conseqüentemente, instrumentos de *direção* política.

Benedetto Croce, um dos líderes das correntes revisionistas européias do final do século XIX, também aponta como característico da ideologia tal aspecto de instrumento e direção política, revelando a influência do marxismo em sua proposição. No entanto, este aspecto é por ele abstraído da teoria marxiana em seu conjunto, expondo, na verdade, esta semelhança entre Croce e Gramsci como muito “superficial”, de modo que, com ela, temos um importante ponto de partida para, por sua vez, pensarmos suas diferenças:

*A doutrina de Croce sobre as ideologias políticas é de evidentíssima derivação da filosofia da práxis: elas são construções práticas, instrumentos de direção política, isto é, poderíamos dizer, as ideologias são meras ilusões para os governados, um engano sofrido, enquanto são para os governantes um engano desejado e consciente (CC10/II §41 XII).*

O isolamento deste aspecto nas formulações de Croce deve chamar atenção para alguns elementos, que estão, por sua vez, interligados entre si. O destaque dado pelo filósofo napolitano encontra-se no negativo caráter *crítico-destrutivo* das ideologias; ele isola, assim, importantes traços concernentes ao lado *construtivo* destas, os quais possibilitam a tomada de conhecimento das contradições pelos agentes sociais e a formação de sua consciência – ou seja, Croce rebaixa o aspecto gnosiológico contido na proposição marxiana ao qual fizemos menção no item anterior. Além disso, à medida que enxerga as ideologias como

ilusão, tem-se nele uma proximidade com o materialismo vulgar – em certa medida contraditória, já que tantas vezes busca negá-lo.

A colocação de Croce acerca da ideologia como um mero ardil pode ser melhor compreendida se pensarmos em como ele concebe e constrói o seu sistema da filosofia do espírito, entendido enquanto uma “façanha da liberdade”, o agente do desenvolvimento histórico-social (CROCE, 1996, p. 14). Este sistema filosófico é composto de quatro esferas, no qual duas referem-se ao domínio teórico (Estética e Lógica), relativas ao conhecimento intelectual das coisas por parte do homem, e outras duas ao domínio prático do espírito (Ética e Economia), por meio das quais poder-se-ia transformar e criar as coisas “mundanas”. Tais esferas encontram-se separadas e a relação que se estabelece entre elas é de uma implicação unilateral; ou seja, entre as esferas existe uma hierarquia – Estética, Lógica, Ética e Economia – onde uma necessita das anteriores para existir, mas sem que isto ocorra para com as posteriores (BIANCHI, 2007, p. 18). Tendo isso claro, é preciso atentar para que o nível mais alto apontado por Croce dessa hierarquia é o domínio teórico e, entendendo que “A forma teórica seria a forma primeira e independente e a forma prática não poderia sem ela existir” (*idem*, p. 17), Croce acaba por minimizar o momento prático frente ao teórico e defende, por sua vez, um neo-idealismo.

O referido momento prático, à medida que é o campo da transformação e da criação, é o campo característico da vontade e, assim, o campo da política. Com a separação efetuada por Croce entre as esferas que constituem seu sistema filosófico, corroborada pela elevação do momento teórico frente ao prático, vê-se que a conseqüência é uma separação entre teoria e prática, entre filosofia e política e, também, entre verdade lógica e verdade política – separação esta cuja importância Croce sublinha, para que nos garantamos contra uma possível hipóstase da esfera do pensamento prático sobre o pensamento teórico: “A filosofia deve ser a filosofia pura e a empiria, empiria pura: uma empiria filosófica prejudica a filosofia e a própria empiria” (CROCE, 1981, p. 58)<sup>5</sup>. Assim,

---

<sup>5</sup> As referências às obras em língua estrangeira foram por nós traduzidas livremente neste artigo.

vemos de forma clara as proposições crocianas expressarem que, numa esfera pautada por um aspecto político, como o é a ideologia, não há lugar para um elemento gnosiológico.

Após esse brevíssimo panorama acerca de Croce, entendemos que é possível apontar a aproximação que faz Gramsci entre ideologia e *religião em sentido laico*, conceito retirado da teoria crociana, como uma crítica e como um resgate do avanço da filosofia da práxis em relação ao idealismo alemão (CC10/II §31). Em outras palavras, para Croce, a religião em sentido laico expressa uma concepção de mundo que é introduzida em uma moral, em uma norma de vida, estimulando a ação prática (Croce 1996, p. 16); é, de acordo com Gramsci, uma espécie de concepção de mundo exercida (CC10/I §5). Mas, em Croce, o conceito de religião em sentido laico encontra-se imerso em seu sistema que identifica história e filosofia sem ligá-las, contudo, à política (CC10/II §2) e sobrelevando ainda o elemento teórico (da filosofia) à prática. O que Gramsci faz, então, ao aproximar este conceito de religião em sentido laico ao de ideologia, é (re)formular a interligação necessária, a *unidade entre teoria e prática* negligenciada por Croce, de modo a frisar a necessidade de ambas para a ação e também para o conhecimento humano (CC10/II §31). Com isso, a ideologia é vista como operante na prática dos homens, enquanto estímulo aos indivíduos em direção à ação concreta, na forma de construções práticas das distintas classes. Em Gramsci, a aproximação entre ideologia e religião em sentido laico passa necessariamente pelo âmbito político, de modo que não desconsidera o caráter de intervenção e, logo, essa (re)união dos momentos teórico e prático, numa postura crítica a um preconceito idealista, traz à tona a negação da diminuição da política por parte de Gramsci, que é reforçada ainda mais em Croce em função da “autonomização de todas as categorias ideais” (CROCE *apud* BIANCHI, 2007, p. 16).

Gramsci alerta ainda que, ao avaliarmos o procedimento historiográfico de Croce, nomeado “história ético-política”, devemos apontar, como um aspecto fundamental, para a sua intenção política, que, escondida na defesa de maior atenção à esfera da cultura – num

ataque ao reducionismo econômico e ao fatalismo supostamente efetuados pelo marxismo, que muito destaque dá aos momentos econômicos e políticos –, exclui o conflito que se revela através da análise da base econômica e passa a tratar somente do momento do consenso, numa ênfase “arbitrária e mecânica”, de acordo “com uma meta predeterminada, como é o caso de todas as concepções reformistas” (CC10/II §41 XVI). Apesar disso, o próprio Croce reconhece implicitamente a importância das descobertas marxianas no âmbito da economia, mantendo um diálogo crítico com esta vertente durante toda a sua vida (BIANCHI, 2007, p. 16) e, em certa medida, incorporando algumas proposições – como pudemos ver com o aspecto crítico-destrutivo das ideologias –, numa adequação deformante, para que possam enquadrar-se em seu sistema idealista. A relação que mantém com a teoria de Marx, então, passa a ser a de uma exclusão indireta: com a transformação do marxismo em um “cânone empírico de interpretação”, Croce diz reconhecer o momento estrutural, mas acaba por esquecê-lo e abandoná-lo conscientemente (CC10/II § 31; CC10/II § 41 VIII).

Com a questão da ideologia, temos, então, expresso o movimento de *apropriação crítica* de Gramsci em relação a Croce. A concepção de ideologia em cada um é distinta, mas Gramsci, ao tomar o conceito de religião em sentido laico crociano e valendo-se dele caracterizar a ideologia, chama a atenção também para a questão da insuficiência da argumentação racional para destruir uma concepção de mundo, indo de encontro a uma postura intelectualista (CC10/II §41 I). Deste modo, com a impossibilidade do êxito do argumento racional isoladamente, vê-se que o problema posto para uma ideologia – que existe através de uma classe – é, frente às outras, relativas às distintas classes, a (re)construção de uma subjetividade ou de uma concepção de mundo em meio, principalmente, a um terreno bem mais complexo, que é denominado por Gramsci como o terreno da guerra de posição.

## A ideologia como apropriação reformista na contemporaneidade

Após a publicação dos *Cadernos do cárcere*, muitos autores passaram a reivindicar a teoria gramsciana ou a sublinhar a importância de suas contribuições. Uma vertente que sempre faz menção ao marxista sardo é aquela conhecida como “estudos culturais” (*cultural studies*). Embora haja diferenças entre os diversos autores que reivindicam esta concepção, temos como ponto comum a crítica à teoria marxista “tradicional” em função de seu determinismo estrutural e reducionismo econômico, aliado, nos nomes aos quais aqui faremos menção – Stuart Hall e Raymond Williams –, a um determinismo de classe quando o tema é a ideologia. Neste sentido, a apropriação de Gramsci por eles feita coloca-o como aquele que teria corrigido a teoria de Marx nos pontos em que esta é falha.

À medida, porém, que os dois autores aos quais nos referimos defendem o caráter de intervenção política dos estudos culturais (WILLIAMS, 2007, p. 421-425), ambos afirmam a impossibilidade de se descartar a teoria marxista e o papel da base econômica na análise dos processos sociais<sup>6</sup> – embora seja sempre sublinhada a necessidade de se repensar tal base ou estrutura, de modo a fugir da recorrente caracterização supostamente economicista da mesma (WILLIAMS, 1973).

Em relação ao tema aqui abordado, tem-se que Hall, por apontar no marxismo um reducionismo nas análises, acredita que este não concebe a formação social enquanto algo complexo, de modo que as idéias sociais passam a ser caracterizadas como um reflexo da estrutura (HALL, 2003, p. 271). O que os autores dos estudos culturais têm em mente quando pensam a ideologia em meio às formulações marxianas é o texto d’*A ideologia alemã*, onde é colocado de forma clara que as idéias dominantes são as idéias da classe dominante – sentido este considerado

---

<sup>6</sup> É importante notar, porém, que este aspecto é bem mais marcante em Williams que em Hall.

demasiado restrito para estes autores. Contra isso, argumentam: “O problema da ideologia, portanto, concerne às formas pelas quais as idéias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma ‘força material’” (HALL, 2003, p. 267) e, deste modo, rechaçam a concepção de ideologia que classificam como sendo a concepção de Marx. As alternativas dos autores aqui abordados para tal concepção restrita tomam caminhos relativamente diversos, mas, ao final, podemos encontrar em ambos aspectos problemáticos que confluem para o mesmo ponto.

Stuart Hall propõe uma redefinição para o conceito de ideologia, acreditando que se deva distanciá-lo do mecanicismo. Neste ponto, utiliza-se da proposição de Gramsci, pois: “Ele é talvez o primeiro marxista a examinar seriamente a ideologia em seus ‘níveis mais baixos’ como sendo a acumulação de ‘conhecimentos’ populares e as maneiras de ocupar-se com a vida cotidiana – o que ele chama de ‘senso comum’” (HALL *et alli*, 1983, p. 65). Com isto, o teórico jamaicano empreende uma ampliação do conceito de ideologia:

*Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona (HALL, 2003, p. 267).*

A princípio, não haveria problema na extensão do conceito, já que até o próprio Gramsci tem uma concepção bastante ampla de ideologia, que, como anteriormente afirmamos, envolvem uma série de conceitos e referências oriundos de diversos autores, numa densa construção teórica<sup>7</sup>. A questão, porém, é que em Hall a ampliação do conceito caminha no sentido da indistinção entre ideologia e linguagem e a conseqüente confusão entre elas. Com a linguagem posta em destaque, afirma Hall: “Não existe uma relação fixa e inalterável entre aquilo que o mercado é e como ele é construído dentro de um referencial

---

<sup>7</sup> Ainda assim, é mister sublinhar que possuir uma ampla concepção não se assemelha a ter uma concepção indefinida de ideologia.

explanatório ou ideológico” (HALL, 2003, p. 280) – numa suposta postura anti-reducionista e de ênfase na esfera da linguagem que o leva, na realidade, a obscurecer a real determinação presente nas formações sociais e, no limite, à inversão da determinação da posição de classe, a qual, embora não seja mecânica, ainda é fundamental à consciência. Neste sentido, o destaque à esfera simbólica faz Hall perder a dimensão do conflito.

Com isso, o sentido dado ao conceito gramsciano de guerra de posição, reivindicado por Hall, é o de “conquista gradativa”, onde o Estado é somente uma “trincheira avançada das defesas” (HALL et al, 1983, p. 68); essa concepção, na verdade, afasta-se do que é de fato proposto por Gramsci, o qual, considerando a diferença entre guerra de movimento e guerra de posição, não negligencia aquela a esta (CC13 §24). Em outras palavras, é importante lembrar que a guerra de posição, na teoria gramsciana, não exclui o momento do conflito aberto, direto e de assalto, expresso pela guerra de movimento, sendo as duas momentos complementares do combate contra o capitalismo. A luta através desta ou daquela busca, na verdade, está de acordo com as relações e as correlações de forças entre as distintas classes – sobretudo em uma complexa sociedade civil, onde a concepção de mundo dominante é expressa em múltiplas arenas. A partir disso, apontamos que a indistinção gradual entre ideologia e linguagem iniciada por Hall, com crescente ênfase na última, prejudica, como um efeito reverso, o pretendido esclarecimento da referida complexidade social e a elucidação dos possíveis espaços e momentos onde se poderiam travar conflitos.

A citada guerra de posição responde à necessidade de que uma classe que vise vitórias definitivas deva ser dirigente antes de ser dominante, ou seja, precisa constituir-se enquanto classe hegemônica primeiramente (CC19 §24). Em consonância a isto, é preciso sublinhar que a construção de uma nova subjetividade, característica de uma nova hegemonia, tem como momento necessário a demarcação de diferenças com outras concepções de mundo (CC11 §12). Deste modo, podemos compreender, finalmente, o sentido aparentemente negativo de algumas

referências à ideologia feitas por Gramsci, as quais, por sua vez, não entram em contradição com a função ativa elucidada por nós na primeira parte: tais referências não colocam as ideologias opostas como negativas em si mesmas – fazem parte, porém, do processo de consciência e crítica que deve marcar a ascensão de uma hegemonia plena, claramente apontada como característica do proletariado. Assim, para Gramsci,

*as ideologias podem se tornar tanto instrumento de dominação como de promoção dos grupos subalternos, porque além do poder de desagregação, as “ideologias” podem ter uma função “orgânica”, de consciência e de “cimento” aglutinador das diversas lutas dispersas no universo popular (SEMERARO, 2006, p. 30-31).*

Por não enxergar a ideologia de uma forma ampla, semelhante a esta sobre a qual discorreremos, Raymond Williams propõe o abandono deste conceito, em favor da adoção da noção de hegemonia. Para ele, “ideologia” não seria suficiente para abarcar a complexidade característica de uma formação social – complexidade igualmente requerida para uma análise acerca da mesma (WILLIAMS, 1973, p. 6-8).

Estamos de acordo, seguindo as proposições de Gramsci, de que a ideologia não pode se assemelhar à hegemonia, mesmo quando falamos de ideologia dominante. A hegemonia diz respeito a um complexo maior de fatores que fazem de uma classe preponderante numa formação social: caracteriza-se enquanto *projeto de classe*. Como tal, pressupõe uma sociabilidade aliada a uma racionalidade, implicando, portanto, a constituição de um (novo) bloco histórico, numa (nova) junção de estrutura e superestrutura; trata-se de uma dada mediação, característica de um grupo social, a partir da qual conforma-se e dirige-se o conjunto de atividades e representações conscientes dos sujeitos sociais. Assim, supera-se o âmbito econômico-corporativo, de modo que a classe dominante universaliza uma posição, de fato, particular, incorporando subordinadamente o conjunto dos interesses dos outros grupos e obtendo um consenso que, então, a torna também dirigente (CC13 §17). Já a ideologia, por sua vez, ao colaborar na construção da subjetividade, caracteriza-se como elemento fundamental na construção do consenso e, conseqüentemente, vincula-se

organicamente à hegemonia, tendo com esta um ponto de contato – embora entre ambas resguardem-se diferenças, justamente por cada uma dizer respeito e atingir respectivamente um conjunto de fatores e elementos específicos da formação social (Eagleton, 1997, p. 106).

A crítica a Williams, porém, tem outro elemento importante a ser ressaltado. O autor inglês propõe, de modo semelhante a Hall, que é mister revalorizar a superestrutura “em direção a um conjunto relacionado de práticas culturais e em oposição a um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente [da base]” (WILLIAMS 1973, p. 4, grifo da edição original, acréscimo nosso). O movimento que nele é característico, porém, vai além de uma reformulação ou revalorização, podendo ser apreendido, na realidade, enquanto uma autonomização das práticas culturais (*cultural practices*) e da esfera da cultura de um modo mais geral – como uma espécie de “ente”:

*A arte de escrever e a arte de criar e atuar, em sua totalidade, são partes do processo cultural em todos os diferentes sentidos e diferentes setores que insi em descrever. Elas contribuem para a cultura dominante e efetiva e são uma articulação central da mesma. Elas integram significados e valores residuais, dos quais nem todos, mas a maioria são incorporados. Elas expressam também e significativamente algumas práticas e significados emergentes, dos quais alguns podem eventualmente ser incorporados à medida que chegam às pessoas e começam a emocioná-las (WILLIAMS, 1973, p. 12).*

Williams coloca em pauta a questão do conflito, mas este, ao ser desenvolvido em meio a uma esfera autonomizada, descolada do processo real da base econômica, existe somente enquanto elemento abstrato – assim como em Hall. Em Williams, a idéia de embate entre uma cultura dominante e os elementos emergentes opostos a ela dá-se de forma extremamente frágil e superficial e, num movimento mais geral das proposições do inglês, é possível apreender um embate, onde a necessidade de se atentar à esfera econômica – lembrando a questão da intervenção política reivindicada pelos estudos culturais e a perspectiva de classe particularmente defendida por Williams – vai de encontro à atenção dada aos aspectos e práticas culturais. O resultado é um exame

e uma consideração da importância da base econômica que não se efetivam, permanecendo, ao que parece, somente um princípio de análise. Em função disso, é interessante lembrar o que Gramsci coloca com relação a Croce e à sua autonomização das esferas ideais:

*Num quadro ou numa estátua de Michelangelo, nós “vemos” o esqueleto das figuras retratadas, sentimos a solidez da estrutura sob as cores ou o relevo do mármore. A história de Croce representa “figuras” desossadas, sem esqueleto, de carnes flácidas e fracas, mesmo que sob as tinturas das belezas literárias do escritor (CC10/I §13).*

Parece que, ao contrário do que coloca, a vertente dos estudos culturais vê a estrutura econômica somente como uma espécie de “cânone de investigação empírica” – não de modo idêntico, mas bastante semelhante ao que faz Croce. Após o desenvolvimento aqui empreendido, somente reafirmamos que a perspectiva genuinamente gramsciana – e não esta compartilhada pelos estudos culturais que o aproxima da alcunha de “teórico da cultura”<sup>8</sup> – empreende o combate contra esta postura, a qual termina por figurar-se enquanto um reformismo, cedendo espaço à conciliação e apagando o real aspecto estruturante da sociedade capitalista: o conflito. Através do tema ideologia, enfim, apreendemos a importância de tal aspecto nas construções do marxista sardo, e vimos como sua própria concepção de ideologia depende da consideração do caráter de classe da sociedade capitalista e das possibilidades de luta internamente a ela. É assim, então, que, na obra de Gramsci, a ideologia é retratada, em íntima e inequívoca relação com as condições objetivas das quais emerge, como elemento fundamental para a construção da consciência de classe e para a ação prática, com vistas, conseqüentemente, à intervenção social.

---

<sup>8</sup> Esta caracterização de Gramsci como “teórico da cultura” ou “teórico da superestrutura” expressa uma incompreensão da teoria gramsciana já que, ao fim, compartilha de um descolamento entre base e superestrutura, os dois níveis componentes de uma formação social, compreendendo equivocadamente o caráter e as causas da revalorização por ele feita das superestruturas.

## Referências Bibliográficas

- BIANCHI, Álvaro. “Croce, Gramsci e a ‘autonomia da política’”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, nº 29, 2007.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- CROCE, Benedetto. *Cultura e vita morale – intermezzi polemici*. Napoli: Bibliopolis, 1981. *Historia de Europa em el siglo XIX*. Barcelona: Ariel, 1996.
- DAGNINO, Evelina. “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”. In: ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP e Boitempo, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 v. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

HALL, Stuart. "O problema da ideologia: o marxismo sem garantias".  
In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart et al. "Política e Ideologia: Gramsci". In: *Centre for contemporary cultural studies da Universidade de Birmingham. Da ideologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MARX, Karl. "Para a crítica da economia política" In: GIANNOTTI, José Arthur (org.). *Os Pensadores – Marx*. 2a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

WILLIAMS, Raymond. "Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory". In: *New Left Review*, London, nº 82, 1973.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.